



Relotot zberadot zilnot Inotie Peklin

Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

PROJETO DE LEI N° 08 /2021, DE 19 DE JANEIRO DE 2021.

Autoriza ao Poder Executivo a celebrar Termo de Fomento com a **ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO** e dá outras providências.

ULISSES CECCHIN, Prefeito Municipal de Ibiaçá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são concedidas pela Lei Orgânica do Município,

www.senado.gov.br
Faço saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, que enviou para a apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte projeto de Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Termo de Fomento com a ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.175.030/0001-98, com sede na Rua do Interventor, 547, nesta cidade de Ibiaçá.

Parágrafo único. O Termo de que trata este artigo tem por objetivo auxiliar nos serviços prestados pelo APO – ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO, na prestação de serviços destinados aos cuidados e proteção aos animais em exposição no Município de Ibiaçá.

Art. 2º O valor do repasse é de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) anuais com um repasse mensal na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira no mês de janeiro em curso.

Art. 3º O Termo de Fomento a ser firmado entre o Município e APO, será enviado à Câmara Municipal quando de sua firmatura.

Art. 4º Para atendimento das disposições da presente lei fica autorizado a abertura de crédito adicional no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a ser aberto através de Decreto e por transposição de dotações orçamentárias.

Art. 5º As disposições desta Lei ficam inclusas no Plano Plurianual de Investimentos e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes neste exercício.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibicá
19 de Janeiro de 2021

PROTOCOLO

RECEBIDO EM

22 JAN 2021

ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL

CÂM. MUN. VEREADORES DE IBIAÇÁ



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Cumpre-me encaminhar para a apreciação dessa Colenda Casa, o Projeto de Lei em apenso, que solicita autorização legislativa, a fim de que o Poder Executivo possa firmar Termo de Fomento com ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.175.030/0001-98, com sede na Rua do Interventor, 547, nesta cidade de Ibiaçá e dá outras providências.

O Município mantém convênio com a ASSOCIAÇÃO, visando o acolhimento, cuidados e tratamento dos animais e com a nova legislação aplicável a esta situação – Lei Federal nº 13019, se torna necessário a aprovação de lei, nos termos do Plano de Trabalho em anexo.

Assim, passo às mãos de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei, permitindo-me solicitar sua tramitação em regime de urgência e esperando que pelas razões que ensejaram seu encaminhamento, receba dessa Colenda Casa Legislativa a unânime aprovação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAÇÁ
19 DE JANEIRO DE 2021


ULISSES CECCHIN
PREFEITO MUNICIPAL



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

MINUTA DE TERMO DE FOMENTO Nº /2021

Termo de Fomento firmado entre o Município de Ibiaçá e a **ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO**, que tem por objetivo auxiliar nos serviços prestados pela Associação no cuidado, acolhimento e tratamento dos animais no Município de Ibiaçá.

O MUNICÍPIO DE IBIAÇÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito sob o nº 87.613.592/0001-03, com sede administrativa na Rua do Interventor, nº 510, nesta cidade de Ibiaçá-RS, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. ULISSES CECCHIN, brasileiro, casado, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado nesta cidade de Ibiaçá RS, de ora em diante denominado simplesmente de **Administração Pública**, e, de outro lado, a **ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 33.175.030/0001-98, com sede na Rua do Interventor, 547, nesta cidade de Ibiaçá, neste ato representado por sua segunda vice presidente Sra. LUCIANA RASSIA, brasileira, inscrita no CPF nº _____, RG nº _____, doravante identificada como **ASSOCIAÇÃO**, com fundamento na Lei Municipal 1370/2017, Lei Federal nº 13.019/2014 e na Lei Municipal -----/2021, bem como nos princípios que regem a Administração Pública e demais normas pertinentes, celebram este Termo de Fomento, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, tem por objeto a prestação de serviços destinados aos cuidados e proteção aos animais em exposição do Município de Ibiaçá, nos termos do respectivo Plano de Trabalho.

2 - DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

2.1 - A título de contraprestação pelos serviços prestados pela ASSOCIAÇÃO o MUNICÍPIO repassará mensalmente o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

2.2 - O repasse será efetuado até o 5º dia útil do mês subsequente, após receber da FUNDAÇÃO a prestação de contas nos moldes do Decreto Municipal 1836/2017 e um relatório detalhado sobre os serviços prestados pela ASSOCIAÇÃO.

2.3 - Para o exercício financeiro de 2021 fica estimado o repasse do valor acima estabelecido, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária: ----- do crédito adicional aberto na respectiva lei-de-meios.

2.4 - Em caso de celebração de aditivos, deverão ser indicados nos mesmos, os créditos e empenhos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida.

2.5 - Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade, mediante aprovação prévia da Administração Pública.



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

3 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 - Compete à Administração Pública:

I - Transferir os recursos a ASSOCIAÇÃO de acordo com o Plano de Trabalho, em anexo, que faz parte integrante deste Termo de Fomento e no valor nele fixado;

II - Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da ASSOCIAÇÃO pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quais danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

III - Comunicar formalmente a ASSOCIAÇÃO qualquer irregularidade encontrada na execução das ações, fixando-lhe, quando não pactuado nesse Termo de Fomento prazo para corrigi-a;

IV - Receber, apurar e solucionar eventuais queixas e reclamações, cientificando a ASSOCIAÇÃO para as devidas regularizações;

V - Constatadas quaisquer irregularidades no cumprimento do objeto desta Parceria, a Administração Pública poderá ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que se sujeita a ASSOCIAÇÃO, e sem que esta tenha direito a qualquer indenização no caso daquelas não serem regularizadas dentro do prazo estabelecido no termo da notificação;

VI - Aplicar as penalidades regulamentadas neste Termo de Fomento;

VII - Fiscalizar periodicamente os contratos de trabalho que assegurem os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários dos trabalhadores e prestadores de serviços a ASSOCIAÇÃO;

VIII - Apreciar a prestação de contas final apresentada, no prazo de até noventa dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período; e

IX – Publicar, às suas expensas, o extrato deste Termo de Fomento na imprensa oficial do Município.

3.2 - Compete a ASSOCIAÇÃO:

I – Utilizar os valores recebidos de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Administração Pública, observadas as disposições deste Termo de Fomento relativas à aplicação dos recursos;

II - Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública pelos respectivos pagamentos, nem qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;

III - Prestar contas dos recursos recebidos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Municipal 1370/2017 e Decreto Municipal 1836/2017, nos prazos estabelecidos neste instrumento;

IV - Indicar ao menos 01 (um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria;

V – Executar as ações objeto desta parceria com qualidade, atendendo o público de modo gratuito, universal e igualitário;



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

VI - Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentos necessários para a realização dos serviços e ações pactuadas, através da implantação de manutenção preventiva e corretiva predial e de todos os instrumentais e equipamentos;

VII - Responder, com exclusividade, pela capacidade e orientações técnicas de toda a mão de obra necessária à fiel e perfeita execução desse Termo Fomento;

VIII - Manter contrato de trabalho que assegure direitos trabalhistas, sociais e previdenciários aos seus trabalhadores e prestadores de serviços;

IX - Responsabilizar-se, com os recursos provenientes do Termo de Fomento, pela indenização de dano causado ao público, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados;

X - Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao público, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução desse Termo de Fomento;

XI - Responsabilizar pelo espaço físico, equipamentos e mobiliários necessários ao desenvolvimento das ações objeto desta parceria;

XII - Garantir o livre acesso dos agentes públicos, em especial aos designados para a comissão de monitoramento e avaliação, ao gestor da parceria, do controle interno e do Tribunal de Contas relativamente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do objeto;

XIII – Aplicar os recursos recebidos e eventuais saldos financeiros enquanto não utilizados, obrigatoriamente, em instituição financeira oficial indicada pela Administração Pública, assim como as receitas decorrentes, que serão obrigatoriamente computadas a crédito deste Termo de Fomento e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas; e

XIV – Restituir à Administração Pública os recursos recebidos quando a prestação de contas for avaliada como irregular, depois de exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, caso em que a ASSOCIAÇÃO poderá solicitar autorização para que o resarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no neste Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos;

XV – a responsabilidade exclusiva pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

4 - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento, sendo vedado:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

II - modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do plano de trabalho pela Administração Pública;



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

III - utilizar, ainda que em caráter emergencial, recursos para finalidade diversa da estabelecida no plano de trabalho;

IV - pagar despesa realizada em data anterior à vigência da parceria;

V - efetuar pagamento em data posterior à vigência da parceria, salvo quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

VI - realizar despesas com:

a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública na liberação de recursos financeiros;

b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal; e

c) pagamento de pessoal contratado pela ASSOCIAÇÃO que não atendam às exigências do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

4.2 - Os recursos recebidos em decorrência da parceria deverão ser depositados em conta corrente específica na instituição financeira pública determinada pela Administração Pública.

4.3 - Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

4.4 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da Administração Pública.

4.5 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

4.6 - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, excedo se demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, caso em que se admitirá a realização de pagamentos em espécie.

5 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

5.1 - A prestação de contas deverá ser efetuada nos seguintes prazos:

a) mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da transferência dos recursos pela Administração Pública;

b) A prestação de contas final, ao final, dos recursos recebidos;



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

5.2 - A prestação de contas parcial e final deverá ser realizada de acordo com o que reza o Decreto Municipal nº 1836, de 12 de Maio de 2017.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da data de sua assinatura compreendendo o ano de 2021, podendo ser prorrogado mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto, indicando valores de reajuste, se houver.

6.2 - A prorrogação de ofício da vigência deste Termo de Fomento será feita pela Administração Pública quando ela der causa o atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

7 - DAS ALTERAÇÕES

7.1 - Este Termo de Fomento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, mediante a celebração de Termos Aditivos, desde que acordados entre os parceiros e firmados antes do término de sua vigência.

8 - DO ACOMPANHAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

8.1 - A Administração Pública promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria, podendo valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades públicas.

8.1.1 - O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos parceiros, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, regendo sua fiscalização/gestão a Secretaria -----.

9 - DA RESCISÃO

9.1 - É facultado aos parceiros rescindir este Termo de Fomento, devendo comunicar essa intenção no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

9.2 - A Administração poderá rescindir unilateralmente este Termo de Fomento quando da constatação das seguintes situações:

- I - Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho aprovado;
- II - Retardamento injustificado na realização da execução do objeto deste Termo de Fomento;
- III - Descumprimento de cláusula constante deste Termo de Fomento.

10 - DO FORO E DA SOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS

P



Prefeitura Municipal de Ibiaçá

Estado do Rio Grande do Sul

10.1 - O foro da Comarca de Sananduva é o eleito pelos parceiros para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

10.2 - Antes de promover a ação judicial competente, as partes, obrigatoriamente, farão tratativas para prévia tentativa de solução administrativa. Referidas tratativas serão realizadas em reunião, com a participação da Procuradoria/Assessoria do Município, da qual será lavrada ata, ou por meio de documentos expressos, sobre os quais se manifestará a Procuradoria/Assessoria do Município.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - Faz parte integrante e indissociável deste Termo de Fomento o plano de trabalho anexo.

E, por estarem acordes, firmam os parceiros o presente Termo de Fomento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Ibiaçá RS, ____ DE _____ DE 2021.

MUNICÍPIO DE IBIAÇÁ
ULISSES CECCHIN - Prefeito Municipal

ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO - APO
LUCIANA RASSIA – Segunda Vice-Presidente

Testemunhas:

f

21 JAN. 2021

CADASTRO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE E DO DIRIGENTE

I – IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE PROPONENTE

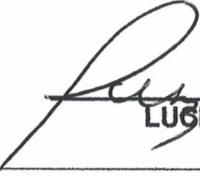
01 – NOME ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO – APO	02- EXERCÍCIO 2021	11.0033/2021-000024 Assinatura
04- ENDEREÇO COMPLETO: RUA DO INTERVENTOR, Nº 547, CENTRO	05 - FONE	
06 – MUNICÍPIO Ibiaçá	07- CEP 99940-000	08- UF RS

III – IDENTIFICAÇÃO DO DIRIGENTE DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

09- NOME LUCIANA RASSIA	10- C.P.F. 63577259000		
11- CARGO OU FUNÇÃO SEGUNDA VICE PRESIDENTE	12- RG 3054249671	13- EXPEDIÇÃO/DATA	14- ÓRGÃO EXPEDIDOR SJS/RS
15- ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, Nº 424, CENTRO.			
16 – MUNICÍPIO IBIAÇÁ	17- CEP 99940-000	18- UF RS	

IV. AUTENTICAÇÃO

IBIAÇÁ – RS 11/01/2021


LUCIANA RASSIA

**PLANO DE TRABALHO
DESCRIÇÃO DO PROJETO**

01 - NOME ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO – APO		02- EXERCÍCIO: 2021		03-PERÍODO DE EXECUÇÃO: 2021
		04-C.N.P.J. 33.175.030/0001-98		05- UF RS
6- CONTA CORRENTE 062055100-9	7- BANCO BANRISUL	8- AGÊNCIA 0820	9- PRAÇA DE PAGAMENTO CHEQUE	10- UF RS

11 - TÍTULO E DESCRIÇÃO DO PROJETO

PARCERIA APO PARA PERÍODO DE 2021
A FINALIDADE DA PRESENTE PARCERIA É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADAS AOS CUIDADOS E PROTEÇÃO AOS ANIMAIS EM EXPOSIÇÃO. FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS SERES HUMANOS A ESTÍMULO A COMPRAIXÃO, RESPEITO E COMPREENÇÃO PARA COM TODAS AS ESPÉCIES.

12- JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

PODER PRESTAR COM QUALIDADE AOS SERVIÇOS ACIMA IDENTIFICADOS PARA A COBERTURA DAS NECESSIDADES DOS ANIMAIS EM EXPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO IBIAÇAENSE, SENDO ESTA RELAÇÃO CONSIDERADA DE INTERESSE PÚBLICO EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO, OU SEJA, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REPASSA UMA VERBA MENSAL PARA QUE A ASSOCIAÇÃO E A MESMA POSSIBILITA E VIABILIZA O PROCESSO DO CUIDADO (ABRIGO, ALIMENTAÇÃO, MEDICAMENTOS, PROCEDIMENTOS VETERINÁRIOS ENTRE OUTROS); TRABALHO DE FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E ESTÍMULO AO AMOR AOS ANIMAIS.

13 PLANO DE APLICAÇÃO

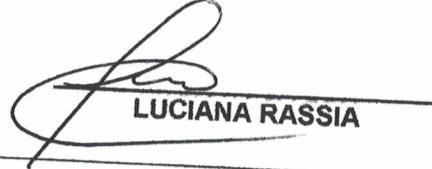
AUXILIO FINANCEIRO A SER REPASSADO A ASSOCIAÇÃO PATINHAS DE OURO – APO, NO VALOR DE R\$ 5000,00 (CINCO MIL REAIS) MENSALIS.

DESPESAS A SEREM UTILIZADAS COM O REPASSE MENSAL:

- ALUGUEL DO CANIL
- ALIMENTAÇÃO PARA OS ANIMAIS QUE ESTÃO ABRIGADOS, ACOLHIDOS OU EM CUIDADOS PELA ASSOCIAÇÃO
- MEDICAMENTOS CONFORME ORIENTAÇÃO VETERINÁRIA
- PROCEDIMENTOS VETERINÁRIOS
- DESPESAS COM LUZ DO LOCAL DO CANIL
- DESPESAS CONTABEIS
- DESPESAS PESSOAIS
- DESPESAS GRAFICAS

14- AUTENTICAÇÃO

IBIAÇÁ – RS 11/01/2021



LUCIANA RASSIA